ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL
CONSELHO FISCAL

**RELATÓRIO Nº 1 / 2023 PREVCOM-BRC/CONFI-17368**

**RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS - 2º SEMESTRE DE 2022**

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO**

**2 ANÁLISE ATUARIAL**

2.1 BASE CADASTRAL

2.2 PROVISÕES MATEMÁTICAS

2.3 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PARECER ATUARIAL

2.5 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

**3 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

3.1 ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO – AETQ

3.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

3.3 LIMITES DE ALOCAÇÃO

3.4 ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS

3.5 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO – PLANO PGS

3.5.1 Alocação por segmento

3.5.2 Limites por segmentos e por veículo de investimento

3.5.3 Limites de alocação

3.5.4 Requisitos dos ativos e vedações

3.5.5 Rentabilidade

3.6 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO – PLANO PGA

3.6.1 Alocação por segmento

3.6.2 Limites por segmentos e por veículo de investimento

3.6.3 Limites de alocação

3.6.4 Requisitos dos ativos e vedações

3.6.5 Risco de Crédito

3.6.6 Rentabilidade

3.7 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO – PLANO CDT

3.8 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

**4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022**

4.1 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022

4.1.1 Plano de Gestão Administrativa - PGA

4.1.2 Plano Goiás Seguro - PGS

4.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

4.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.4 ANÁLISE DOS BALANCETES - PGA (RECEITAS X DESPESAS)

4.5 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

**SUMÁRIO**

**5 ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DAS AÇÕES DA PREVCOM-BrC**

**6 CONCLUSÕES**

## 1 INTRODUÇÃO

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central – PREVCOM-BrC, como órgão de controle interno da entidade, conforme artigo 14 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, com base nas suas competências descritas no artigo 55 do Estatuto da PREVCOM-BrC e em atendimento ao artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004 (abaixo descrita), apresenta o Relatório de Controles Internos da Fundação, referente às suas atividades do 2º semestre de 2022.

> Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:
>
> I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
>
> II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
>
> III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

O relatório foi construído pela análise das informações disponibilizadas pela PREVCOM-BrC e pelo acompanhamento mensal de suas atividades. O resultado é decorrente da verificação das legislações aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com observância do cumprimento de seu Estatuto, dos regulamentos do Plano de Benefícios Goiás Seguro (PGS) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e normativos internos expedidos pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva.

## 2 ANÁLISE ATUARIAL

Análise da aderência das premissas e hipóteses atuariais, realizada a partir dos registros contidos no Acompanhamento Atuarial do Plano Goiás Seguro, data-base 31 de dezembro de 2022, elaborado por Patrícia Ribeiro Silva Gomes, assessora de atuária e por Juliana Salgado Quintans, Atuário MIBA n° 3292, e disponibilizado ao Conselho Fiscal por meio de mensagem eletrônica em 16 de março de 2023.

### 2.1 BASE CADASTRAL

Um dos principais componentes da avaliação atuarial é a base cadastral, que contempla todas as informações dos participantes. Como esses dados influenciam diretamente no resultado do estudo, é indispensável que ele esteja sempre atualizado e completo. Assim, a Figura 1 descreve algumas estatísticas descritivas da massa analisada segregada por sexo, enquanto a Figura 2 apresenta uma relação dos participantes por tipo de segurado.

| Estatísticas Descritivas por Sexo | Participante Patrocinado | | |
|---|---|---|---|
| | Feminino | Masculino | Total |
| N° de participantes | 359 | 827 | 1186 |
| Salário médio de participação | R$ 4.675,28 | R$ 4.341,80 | R$ 4.441,42 |
| Contribuição média | R$ 397,40 | R$ 369,05 | R$ 377,52 |
| Idade média | 35,33 | 36,81 | 36,37 |
| Tempo médio no plano | 3,50 | 3,97 | 3,83 |
| Tempo médio de serviço público | 4,33 | 4,35 | 4,34 |

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela PREVCOM-BrC.

**Figura 1:** Estatísticas Descritivas dos participantes patrocinados.

| Situação | Qtd. |
|---|---|
| Participante Individual | 23 |
| Cancelado aguardando instituto | 44 |
| Cancelado adesão automática | 69 |

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela PREVCOM-BrC.

**Figura 2:** Quantitativo de outros tipos de segurados.

**2.2 PROVISÕES MATEMÁTICAS**

Em relação aos benefícios do Plano Goiás Seguro, todos estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida. Isso significa que, durante o período contributivo, os recursos são mantidos em contas individuais dos participantes, chamadas de Reserva Acumulada do Participante, para que, no período de usufruto, os benefícios sejam pagos com os recursos acumulados na Reserva Acumulada do Participante.

É averiguado que o total de reservas na data focal deste estudo é de R$ 19.073.738,92, o que representa um crescimento em relação ao detectado no primeiro semestre de 2022, de R$ 5.444.620,01. A Figura 3 mostra a evolução das provisões matemáticas entre os períodos

| Descrição | 2020 | 30/06/2021 | 30/06/2022 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Benefícios concedidos** | - | - | - | - |
| **Benefícios a conceder** | 6.335.989,24 | 8.440.940,11 | 13.629.118,91 | 19.073.738,92 |
| Contribuição Definida | 6.335.989,24 | 8.440.940,11 | 13.629.118,91 | 19.073.738,92 |
| Saldo de contas- Parcela Patrocinador | 3.149.173,30 | 4.210.333,20 | 6.784.606,02 | 9.448.871,65 |
| Saldo de contas- Parcela Participante | 3.186.815,94 | 4.230.606,91 | 6.844.512,89 | 9.624.867,27 |
| **Total das Reservas** | **6.335.989,24** | **8.440.940,11** | **13.629.118,91** | **19.073.738,92** |

Fonte: Balancetes contábeis - PREVCOM-BrC

**Figura 3:** Evolução das provisões matemáticas

**2.3 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO E RESULTADO DO EXERCÍCIO**

A composição do patrimônio de cobertura do plano, em 31 de dezembro de 2022, representada na Figura 4, corresponde ao conjunto de recursos previdenciários necessários à cobertura dos compromissos com benefícios do plano.

| Conta | Valor (R$) |
|---|---|
| **Ativo Total do Plano** | 21.917.151,28 |
| (-) Exigível Operacional | 284.270,98 |
| **(-) Patrimônio Social** | 21.632.880,30 |
| (-) Fundo Administrativo | 2.559.141,38 |
| **(-) Patrimônio de Cobertura do Plano** | 19.073.738,92 |

Fonte: Balanço contábil – PREVCOM-BrC

**Figura 4:** Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2022

Em razão de o tipo de plano de benefício ser por Contribuição Definida sem características de Benefício Definido, o resultado atuarial do plano é nulo. Assim, o Plano Goiás Seguro se encontra equilibrado atuarialmente, pois as Provisões Matemáticas estão asseguradas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

**2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PARECER ATUARIAL**

Conforme já exposto, o Plano Goiás Seguro se encontra atuarialmente equilibrado, com suas obrigações previdenciárias integralmente cobertas pelo ativo do plano, em conformidade com a legislação específica e com os princípios financeiros e atuariais comumente aceitos.

**2.5 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

A partir da análise do Acompanhamento Atuarial do Plano Goiás Seguro, em que é afirmado que o plano se encontra atuarialmente equilibrado, com suas obrigações previdenciárias integralmente cobertas pelo ativo do plano e que está em conformidade com a legislação específica e com os princípios financeiros e atuariais comumente aceitos, o Conselho Fiscal não possui recomendações a fazer quanto às questões atuariais do Plano Goiás Seguro.

Entretanto, como expostos nos Relatórios de Controles Internos de semestres anteriores, o resultado atuarial decorre da formatação do plano de benefícios na modalidade de contribuição definida, sendo de fundamental importância que a PREVCOM-BrC tenha comunicação efetiva com os participantes, principalmente quanto aos valores dos benefícios esperados para o futuro e seu tempo de duração, que se limitam aos valores acumulados na reserva individual, sendo importante ainda, que os resultados dos investimentos sejam adequadamente retratados nessas comunicações. O mesmo cuidado com a comunicação deve ser empreendido sobre os benefícios de risco, inclusive quanto a relevância da contratação de Cobertura Adicional de Risco, situação que se mostra ainda mais relevante, ao considerarmos a idade média dos participantes do plano e o baixo tempo médio de adesão, expostos no item Base Cadastral, o que permite concluir que as reservas individuais estão em fase inicial de acumulação, portanto, com baixo valor total, situação que pode acarretar em baixo valor de benefício para as situações excepcionais de invalidez ou morte.

## 3 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Neste capítulo é feita a análise sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos.

### 3.1 ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO – AETQ

A Resolução CNPC nº 39, de 30 de março de 2021, apresenta a exigência de certificação, habilitação e qualificação para o exercício da atividade de dirigentes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. No mesmo sentido, a Instrução Previc nº 13, de 28 de junho de 2019 estabelece os procedimentos para certificação e habilitação dos dirigentes e os requisitos específicos a serem observados para o desempenho da função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ: a experiência mínima de três anos na área de investimentos e a certificação prévia ao exercício do cargo, fornecida por uma das instituições certificadoras previstas na Portaria PREVIC nº 560/2019.

No caso da PREVCOM-BRC, foi repassado ao Conselho Fiscal, em 06 de maio de 2022, a informação de Habilitação de AETQ da PREVCOM-BrC, para a pessoa do Sr. Murilo Luciano Souza Barbosa, acompanhado de documentos de habilitação extraídos do processo realizado junto à PREVIC. Convém destacar que o Atestado de Habilitação, de número 2022.145, contido no Processo SEI nº 202215844000057 informa a validade de 29 de julho de 2023.

### 3.2 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A PREVCOM-BrC definiu sua Política de Investimento para a aplicação dos recursos de cada plano de benefícios por ela administrado (Plano de Benefícios Goiás Seguro – PGS e do Plano de Gestão Administrativa – PGA). A política foi aprovada pelo Conselho Deliberativo com vigência de janeiro/2021 a dezembro/2025, nos termos da Ata da 49ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 22 de dezembro de 2020, estando de acordo com a Resolução nº 4.661/2018 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Esta política substituiu a política de investimentos anterior, que havia vigência prevista para até dezembro/2023, a motivação para a edição de nova política de investimentos, conforme extraído da ata de reunião que deliberou por sua aprovação é “a permissão para alocar os recursos em todos os segmentos [...] respeitando os limites constantes nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central”.

### 3.3 LIMITES DE ALOCAÇÃO

Na Política de Investimento, as margens de alocação estão representadas pelos limites inferior e superior às carteiras e os limites de alocação descritos encontram-se em conformidade com a Resolução nº 4.661/2018 do CMN (Figura 5).

| MODALIDADE DE INVESTIMENTO | LIMITE | | | |
|---|---|---|---|---|
| | LEGAL Resolução 4661/2018 | APLICAÇÃO OBJETIVO | INFERIOR | SUPERIOR |
| **Renda Fixa** | **100%** | **70%** | **68%** | **100%** |
| Títulos da dívida mobiliária federal | 100% | 70% | 68% | 100% |
| Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal | 100% | 70% | 68% | 100% |
| Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal | 80% | 70% | 68% | 100% |
| Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB) | 20% | 20% | 0% | 20% |
| Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado | 20% | 20% | 0% | 20% |
| Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs | 20% | 20% | 0% | 20% |
| Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais | 20% | 20% | 0% | 20% |
| Títulos do Agronegócio (CPR CDCA CRA e Warrant Agropecuário) | 20% | 20% | 0% | 20% |
| Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras | 20% | 20% | 0% | 20% |
| **Renda Variável** | **70%** | **30%** | **0%** | **30%** |
| Ações de companhias abertas admitidas à negociação em segmento especial da BM&Fbovespa | 70% | 30% | 0% | 30% |
| Ações de companhias abertas admitidas à negociação e que não estejam em segmento especial da BM&Fbovespa | 50% | 30% | 0% | 30% |
| Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III | 10% | 10% | 0% | 10% |
| Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros | 3% | 3% | 0% | 3% |
| **Investimentos estruturados** | **20%** | **15%** | **0%** | **15%** |
| Cotas de fundos de investimento em participações (FIP), Multimercado (FIM) e (FICFIM) | 15% | 15% | 0% | 15% |
| Cotas de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso" | 15% | 15% | 0% | 15% |
| Certificados de operações estruturadas (COE) | 10% | 10% | 0% | 10% |
| **Investimentos Imobiliários** | **20%** | **20%** | **0%** | **20%** |
| Cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII) | 20% | 20% | 0% | 20% |
| Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) | 20% | 20% | 0% | 20% |
| Cédulas de crédito imobiliário (CCI) | 20% | 20% | 0% | 20% |
| **Investimentos no exterior** | **10%** | **10%** | **0%** | **10%** |
| **Operações com participantes** | **15%** | **0%** | **0%** | **0%** |

**Figura 5:** Limites de alocação.

### 3.4 ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS

O Comitê de Investimentos da PREVCOM-BrC realiza as atividades de acompanhamento das políticas de investimentos, bem como das análises de riscos. Essas atividades estão sendo executadas, conforme Atas de Reuniões Ordinárias, todas disponíveis no site da PREVCOM-BrC, sendo que o intervalo entre a 142ª e a 164ª reuniões, correspondem ao segundo semestre de 2022. Há ainda os relatórios de investimentos e informes – de investimento e rentabilidade, que estão devidamente publicados no site da PREVCOM-BrC, para acompanhamento e fiscalização por parte de qualquer interessado. Os relatórios contêm estudos sobre: análise retrospectiva, relatório de mercado – FOCUS, projeções sobre os investimentos e análise da alocação dos recursos, inclusive quanto à conformidade da alocação com os limites citados no item anterior deste Relatório, nos planos de benefícios.

### 3.5 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO DE BENEFÍCIOS GOIÁS SEGURO (PGS)

#### 3.5.1 Alocação por segmento

Como informado em Relatórios de Controles Internos de períodos anteriores, no início do exercício de 2022 os investimentos do PGS estavam diversificados, com aplicações nos segmentos renda fixa, renda variável, multimercado e exterior.

No decorrer do primeiro semestre de 2022, entretanto, o comitê de investimentos alterou a estratégia de alocação dos recursos, conforme consta dos relatórios de investimentos do período.

Essa estratégia tem se mantido, conforme podemos observar no Relatório de Investimentos de janeiro/2023, datado de 14 de abril de 2023:

> A CAIXA Asset, entidade que atende a Fundação nas análises de alocação de ativos, apresentou a família de Fundos de Vértice compostos por NTN-B com vencimentos em 2023, 2024, 2027 e 2030. Estes Fundos são estratégias de renda fixa cujas carteiras são compostas por vencimentos únicos de NTN-B. As aplicações estão disponíveis neste momento porque que a taxa líquida de negociação para estes ativos está maior que a meta atuarial definida pelo Ministério da Previdência, que é IPCA+4,90%a.a., maior que o índice de referência do Plano Goiás Seguro (IPCA+3%). Como esses fundos possuem carência para resgate, significa dizer que até o vencimento do ativo os recursos aportados serão rentabilizados pela taxa contratada no momento da negociação, trazendo tranquilidade para parcela de investimentos do Plano de Benefícios que esteja alocada nesse tipo de fundo.
>
> Importante esclarecer que alocamos mais de R$ 18,8 milhões nos Fundos da família Vértice desde fev-22. A rentabilidade real contratada até o presente momento é de 6,21% (valor bruto, será deduzido 0,30% de encargos e taxas administravas da CAIXA Asset) considerando todas as aplicações feitas até o momento, número expressivamente acima do índice de referência do Plano Goiás Seguro, mostrando que a decisão tomada ao migrar os ativos do Plano para este segmento de aplicação foi satisfatória.

Assim, as aplicações do PGS, por segmento de aplicação, passaram a ser apresentadas nos valores constantes do quadro abaixo.

| RECURSOS GARANTIDORES | 3º TRIMESTRE 2022[1] | | 4º TRIMESTRE 2022[2] | |
|---|---|---|---|---|
| | FINANCEIRO – R$ | % | FINANCEIRO – R$ | % |
| SEGMENTO DE APLICAÇÃO | 15.894.211,15 | 100 | 19.355.359,06 | 100 |
| Renda Fixa | 15.894.211,15 | 100 | 19.348.134,76 | 99,96 |
| Renda Variável | - | - | - | - |
| Multimercado (estruturado) | - | - | - | - |
| Exterior | - | - | - | - |
| Saldo em C/C | 0,00 | 0,00 | 7.224,30 | 0,04 |

**Quadro 1:** Plano de Benefícios Goiás Seguro - PGS
[1] Os valores informados constam do informe de investimentos do mês de setembro/2022.
[2] Os valores informados constam do informe de investimentos do mês de dezembro/2022.

### 3.5.2 Limites por segmentos e por veículo de investimento

Após a alteração da alocação dos investimentos conforme informado no item 3.5.1 acima, houve a concentração dos investimentos em renda fixa. Essa concentração, entretanto, está em conformidade com os limites definidos na Política de Investimento, alinhados com a Resolução nº 4.661/2018 do CMN, considerando que os fundos, confirme informado, possuem unicamente aplicações em títulos do tesouro NTN-B.

Dessa forma, os fundos de investimento nos quais os recursos do PGS estavam aplicados em 31/12/2022, conforme extraído do Informe de Investimentos do respectivo mês, estão descritos na figura 6.

**Composição Carteira**

| Fundos de Investimentos | CNPJ | R$ | % na Carteira |
|---|---|---|---|
| RENDA FIXA | | 19.348.134,76 | 99,96% |
| FI BR IRF-M1 | 107406700001-06 | 40.188,95 | 0,21% |
| FI BR 2023 TP RF | 446833780001-02 | 8.406.539,26 | 43,43% |
| FI BR 2024 IV TP RF | 201395950001-78 | 6.378.190,06 | 32,95% |
| FI BR 2027 TP RF | 454435140001-50 | 1.702.035,64 | 8,79% |
| FI BRASIL 2030 II TP RF | 197690460001-06 | 2.821.180,85 | 14,58% |
| SALDO C/C | | 7.224,30 | 0,04% |
| TOTAL | | 19.355.359,06 | 100,00% |

**Figura 6:** Composição da carteira PGS.

### 3.5.3 Limites de alocação

Como já afirmado, após a modificação da Política de Investimentos no final do ano de 2020, foi possibilitado ao Plano Goiás Seguro fazer diversificação de sua carteira, entretanto, a alocação e concentração dos recursos deve observar os limites fixados nos arts. 27 e 28 da Resolução 4.661/2018 do CMN/BACEN. Nesse sentido, foi informado ao Conselho Fiscal, por meio de mensagem eletrônica de 09 de setembro de 2023, os índices de alocação e concentração por emissor, que é o que segue:

| PRODUTO | Norma Res. 4661/18 | Limite P.I. vigente e Res. 4661/18 | CLASSIFICAÇÃO | PERCENTUAL MÉDIO ALOCADO | Alocação por Emissor - Res. 4661/18 art. 27 | Concentração por Emissor - Res. 4661/18 art. 28 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| IRFM1 | art. 21, I | 100% | Renda Fixa Público | 17,08% | 100% | - |
| IMAB5 | | | | 7,00% | 100% | - |
| IRFM1+ | | | | 7,00% | 100% | - |
| IMAB5+ | | | | 5,13% | 100% | - |
| GESTÃO ESTRATÉGICA | | | | 17,00% | 100% | - |
| TP RI RENDA FIXA | | | | 4,95% | 100% | - |
| Renda Fixa Ativa | art. 21, II, b | 80% | Renda Fixa Privado | 4,95% | 10% | 25% |
| XVI Cred Privado | | | | 4,41% | 10% | 25% |
| Multi ações | art. 22, I | 30% | Renda Variável | 2,12% | 10% | 25% |
| Livre Ações | | | | 2,06% | 10% | 25% |
| RPPS ações | | | | 3,76% | 10% | 25% |
| Construção Civil ações | | | | 4,00% | 10% | 25% |
| infraestrutura ações | | | | 0,46% | 10% | 25% |
| Consumo ações | | | | 4,00% | 10% | 25% |
| Amr Multi | art. 23, II | 15% | Multimercado | 7,25% | 10% | 25% |
| Estratégica Livre Multi | | | | 1,82% | 10% | 25% |
| Global Equilites | art. 26, III | 10% | Exterior | 2,04% | 10% | 100% |
| BDR ações | art. 26, V | | | 4,97% | 10% | 100% |

**Figura 7:** Índice de alocação e concentração por emissor.

### 3.5.4 Requisitos dos ativos e vedações

A PREVCOM-BrC deve se atentar aos requisitos e vedações previstos na Resolução CMN nº 4661/2018 em relação a aplicação dos recursos da entidade. Para o período deste relatório, a situação dos requisitos e vedações dos investimentos da PREVCOM-BrC está refletida no quadro abaixo (figura 8), conforme comunicação recebida por este Conselho Fiscal em 09 de setembro de 2023. Quanto à vedação de aquisição de terrenos e imóveis prevista no art. 36, XIII da citada Resolução, a PREVCOM-BrC encontra-se em conformidade com tal vedação, visto que os imóveis da Lei nº 20.052, de 24 de abril de 2018 foram recebidos a título de doação.

| Requisitos e vedações | SITUAÇÃO |
|---|---|
| Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC (Art 36, Inciso I) | Não |
| Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (Art 36, Inciso II) | Não |
| Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoa física (Art 36, Inciso III) | Não |
| Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Art 36, Inciso IV) | Não |
| Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Art 36, Inciso V) | Não |
| Realizar operações com ações fixas de bolsa de valores ou mercado de balcão (Art 36, Inciso VI) | Não |
| Derivativos a descoberto (Art 36, Inciso VII, alínea a) | Não |
| Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior a PL (Art 36, Inciso VII, alínea b) | Não |
| Operações day-trade (Art 36, Inciso VIII) | Não |
| Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Art 36, Inciso IX) | Não |
| Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Art 36, Inciso X) | Não |
| Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Art 36, Inciso XI) | Não |
| Atuar como incorporadora de forma direta ou indireta (Art 36, Inciso XII) | Não |
| Adquirir terrenos e imóveis (Art 36, Inciso XIII) | Não* |
| Aplicar em ativos sem ISIN (Art 18) | Não |
| Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art 36, Art 30) | Não |
| Derivativos sem garantia (Art 30 Inciso IV) | Não |
| Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN 4661 e alterações posteriores (Art 20) | Não |
| Cumpre os limites de alocação por emissor (Art. 27) | Sim |
| Cumpre os limites de concentração por emissor (Art. 28) | Sim |

**Figura 8:** Requisitos e vedações dos ativos.

### 3.5.5 Rentabilidade

A rentabilidade das aplicações do PGS, referente ao ano de 2022, foi de 8,76%, índice ligeiramente inferior à meta estabelecida pela Política de Investimento, atualmente composta pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 3% (três por cento) ao ano, benchmark que alcançou ao fim do ano de 2022 o valor de 8,79% (Figura 9). Nota-se que o PGS alcançou rentabilidade real positiva, ainda que abaixo da meta definida pela Política de Investimentos.

**PLANO GOIÁS SEGURO (dez/2022)**

| RETORNO | ANO | 12 MESES | 24 MESES | INICIO |
|---|---|---|---|---|
| Carteira | 8,76% | 8,76% | 9,52% | 45,83% |
| IF* 1 - CDI | 71,46% | 71,46% | 56,56% | 124,37% |
| CDI | 12,26% | 12,26% | 16,83% | 36,85% |
| IF* 2 - (IPCA+3%) | 99,68% | 99,68% | 40,85% | 84,57% |
| IPCA + 3% | 8,79% | 8,79% | 23,30% | 54,19% |
| IMA-B | 6,37% | 6,37% | 5,25% | 54,93% |
| Poupança | 8,15% | 8,15% | 11,11% | 24,82% |
| IBOVESPA | 4,68% | 4,68% | -7,90% | 43,21% |

| dez/22 | nov/22 | out/22 | set/22 | ago/22 | jul/22 | jun/22 | mai/22 | abr/22 | mar/22 | fev/22 | jan/22 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1,07% | 0,10% | 1,87% | 0,24% | -0,04% | -0,13% | 0,27% | 0,68% | 1,85% | 2,43% | 0,39% | -0,26% |
| 95,54% | 10,31% | 183,33% | 22,43% | -3,42% | -12,04% | 26,59% | 68,69% | 221,74% | 262,11% | 53,83% | -37,29% |
| 1,12% | 0,97% | 1,02% | 1,07% | 1,17% | 1,08% | 1,02% | 0,99% | 0,83% | 0,93% | 0,73% | 0,70% |
| 125,88% | 15,38% | 222,62% | 680,00% | 184,00% | 169,77% | 29,35% | 94,44% | 141,59% | 129,26% | 31,27% | -33,05% |
| 0,85% | 0,65% | 0,84% | -0,05% | -0,25% | -0,43% | 0,92% | 0,72% | 1,31% | 1,88% | 1,26% | 0,79% |
| -0,19% | -0,79% | 1,23% | 1,48% | 1,10% | -0,88% | -0,36% | 0,96% | 0,83% | 3,07% | 0,54% | -0,73% |
| 0,74% | 0,61% | 0,65% | 0,68% | 0,71% | 0,70% | 0,70% | 0,69% | 0,60% | 0,60% | 0,55% | 0,63% |
| -2,45% | -3,06% | 5,45% | 0,47% | 6,16% | 4,69% | -11,50% | 3,22% | -10,10% | 6,06% | 0,89% | 6,98% |

**Figura 9:** Plano Goiás Seguro dez/2022.

Há ainda que se destacar, que a política de investimentos também estabelece que a avaliação de desempenho deverá ser avaliada em janelas temporais de 12 e 24 meses por segmentos de investimentos e, nesse sentido, também verificamos que o benchmark não foi alcançado para a janela de 24 meses. Para 24 meses, o resultado apurado é de 9,52%, inferior ao IPCA+3% do período que é 23,30%.

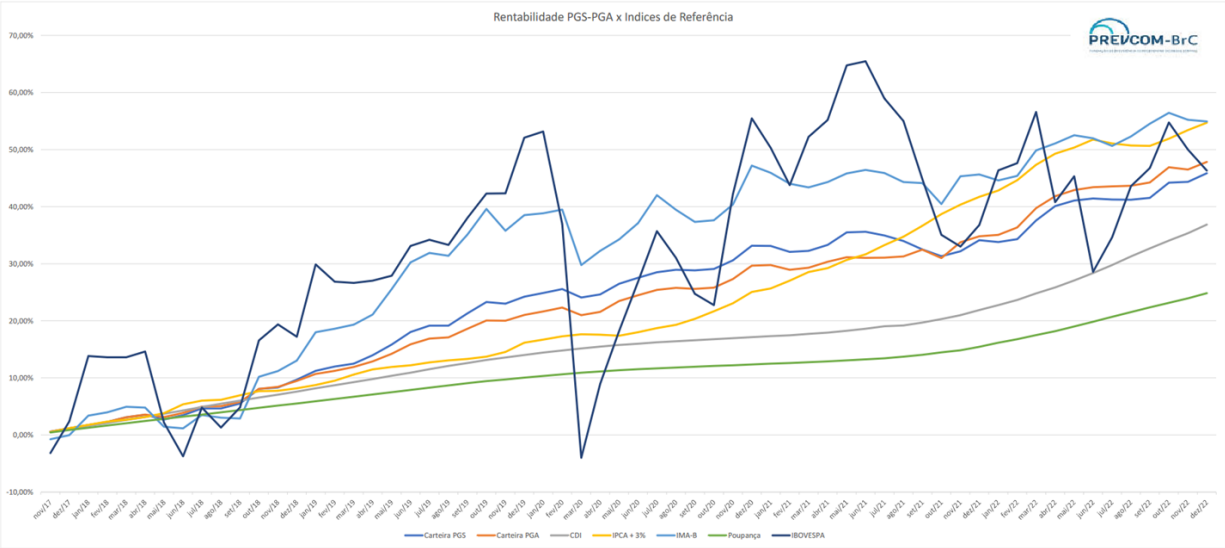


**Figura 10:** Rentabilidade PGS e PGA em comparação aos índices de referência.

### 3.6 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

#### 3.6.1 Alocação por segmento

O perfil dos investimentos do PGA (Quadro 2) realizados até o momento pela PREVCOM-BrC é conservador, o que resulta na aderência à Política de Investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo.

| RECURSOS GARANTIDORES | 3º TRIMESTRE 2022[1] | | 4º TRIMESTRE 2022[2] | |
|---|---|---|---|---|
| | FINANCEIRO – R$ | % | FINANCEIRO – R$ | % |
| SEGMENTO DE APLICAÇÃO | 2.765.314,12 | 100 | 2.973.851,50 | 100 |
| Renda Fixa | 2.765.172,49 | 99,99 | 2.973.566,31 | 99,99 |
| Renda Variável | - | - | - | - |
| Multimercado (estruturado) | - | - | - | - |
| Exterior | - | - | - | - |
| Saldo em C/C | 141,63 | 0,01 | 285,19 | 0,01 |

**Quadro 2:** Plano de Benefícios Goiás Seguro - PGS
[1] Os valores informados constam do informe de investimentos do mês de setembro/2022.
[2] Os valores informados constam do informe de investimentos do mês de dezembro/2022.

#### 3.6.2 Limites por segmentos e por veículo de investimento

A totalidade das aplicações do PGA está aportada em cotas de fundos de investimento compostos por títulos da dívida pública interna ou por operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos, conforme definido na Política de Investimento e no limite permitido pelo artigo 21, I, b da Resolução 4.661/2018 do CMN.

Dessa forma, os fundos de investimento nos quais os recursos do PGA estavam aplicados em 31/12/2022 estão descritos na figura 11.

**Composição Carteira**

| Fundos de Investimentos | CNPJ | R$ | % na Carteira |
|---|---|---|---|
| **RENDA FIXA** | | **2.973.566,31** | **99,99%** |
| FI BR IMAB 5 LP | 110609130001-10 | 2.724.413,42 | 91,61% |
| FI BR IRF-M1 | 107406700001-06 | 249.152,89 | 8,38% |
| **SALDO C/C** | | **285,19** | **0,01%** |
| **TOTAL** | | **2.973.851,50** | **100,00%** |

**Figura 11:** composição da carteira PGA.

### 3.6.3 Limites de alocação

Atualmente os recursos do PGA são aplicados em fundos de investimentos compostos, exclusivamente, de títulos do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos. Nesse sentido, a PREVCOM-BrC entendeu como aplicável ao referido fundo os limites do inciso I, da Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018 (Figura 12).

| Limites de alocação<br>Emissores (Art 27) | % | Limite Legal | Limite Plano | Status |
|---|---|---|---|---|
| Tesouro Nacional (inciso i) | 100% | 100% | 100% | Ok |
| Instituição bancária autorizada BACEN (inciso ii) | 0% | 20% | 20% | - |
| Demais emissores (inciso iii) | 0% | 10% | 10% | - |

**Figura 12:** Limites de alocação.

### 3.6.4 Requisitos dos ativos e vedações

A situação encontrada aqui reflete o cumprimento dos requisitos e observância das vedações conforme descrito no quadro do item 3.5.4 acima.

### 3.6.5 Risco de Crédito

Não foram observadas operações com risco de crédito.

### 3.6.6 Rentabilidade

A rentabilidade das aplicações do PGA, referente ao ano de 2022, foi de 9,65%, índice inferior à meta estabelecida pela Política de Investimento, atualmente composta pela representação exata da taxa DI, benchmark que alcançou ao fim do ano de 2022 o valor de 12,26% (Figura 13).

**PLANO DE G. ADM. - PGA (dez/2022)**

| RETORNO | ANO | 12 MESES | 24 MESES | INICIO | dez/22 | nov/22 | out/22 | set/22 | ago/22 | jul/22 | jun/22 | mai/22 | abr/22 | mar/22 | fev/22 | jan/22 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Carteira | 9,65% | 9,65% | 14,01% | 47,84% | 0,92% | -0,27% | 1,83% | 0,42% | 0,07% | 0,09% | 0,36% | 0,77% | 1,49% | 2,47% | 0,95% | 0,19% |
| IF* 1 - CDI | 78,73% | 78,73% | 83,23% | 129,83% | 82,14% | -27,84% | 179,41% | 39,25% | 5,99% | 8,33% | 35,46% | 77,78% | 178,59% | 266,42% | 129,74% | 27,25% |
| CDI | 12,26% | 12,26% | 16,83% | 36,85% | 1,12% | 0,97% | 1,02% | 1,07% | 1,17% | 1,08% | 1,02% | 0,99% | 0,83% | 0,93% | 0,73% | 0,70% |
| IF* 2 - (IPCA+3%) | 109,82% | 109,82% | 60,12% | 88,29% | 108,24% | -41,54% | 217,86% | 1040,00% | 228,00% | 220,93% | 39,13% | 106,94% | 114,04% | 131,38% | 75,37% | 24,15% |
| IPCA + 3% | 8,79% | 8,79% | 23,30% | 54,19% | 0,85% | 0,65% | 0,84% | -0,05% | -0,25% | -0,43% | 0,92% | 0,72% | 1,31% | 1,88% | 1,26% | 0,79% |
| IMA-B | 6,37% | 6,37% | 5,25% | 54,93% | -0,19% | -0,79% | 1,23% | 1,48% | 1,10% | -0,88% | -0,36% | 0,96% | 0,83% | 3,07% | 0,54% | -0,73% |
| Poupança | 8,15% | 8,15% | 11,11% | 24,82% | 0,74% | 0,61% | 0,65% | 0,68% | 0,71% | 0,70% | 0,70% | 0,69% | 0,60% | 0,60% | 0,55% | 0,63% |
| IBOVESPA | 4,68% | 4,68% | -7,90% | 43,21% | -2,45% | -3,06% | 5,45% | 0,47% | 6,16% | 4,69% | -11,50% | 3,22% | -10,10% | 6,06% | 0,89% | 6,98% |

**Figura 13:** PGA em dez/2022.

Há ainda que se destacar, que a política de investimentos estabelece que a avaliação de desempenho deverá ser avaliada em janelas temporais de 12 e 24 meses por segmentos de investimentos e, nesse sentido, verifica-se que o benchmark também não foi alcançado para a janela de 24 meses. Para 24 meses, o resultado apurado é de 14,01%, valor inferior à meta estabelecida, que no período alcançou 16,83%.

O gráfico da rentabilidade do PGA em comparação aos índices de referência se encontra representado na Figura 10.

**3.7 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO DE BENEFÍCIOS CDT**

O plano de benefícios CDT, idealizado para os empregados públicos, servidores comissionados e servidores de designação temporária, não possui participantes a ele vinculados. Nesse sentido, não há movimentações neste plano.

**3.8 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

Inicialmente, cabe pontuar que há diferença entre o saldo das aplicações apontado no Informe de Rendimentos do mês de dezembro de 2022 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31 de dezembro de 2022 informado no Acompanhamento Atuarial do PGS, razão pela qual questiona-se a Diretoria Executiva para informar a razão da diferença apontada.

Seguindo com as conclusões e diante das análises efetuadas, este Conselho observou que a PREVCOM-BrC manteve as políticas de investimento do PGS e do PGA aderentes à Resolução CMN nº 4.661/18 para o ano de 2022, mesmo com a mudança de estratégia do PGS para alocação exclusivamente em renda fixa.

Em relação à rentabilidade, deve-se observar que o PGS e o PGA apresentaram rendimentos inferiores às metas estabelecidas pela Política de Investimento (IPCA + 3% a.a. e Taxa DI, respectivamente). Apesar de haver janelas temporais que possibilitam o acompanhamento do benchmark por diferentes períodos, não foi identificado o cumprimento em nenhuma dessas janelas para o Plano de Benefícios Goiás Seguro e para o Plano de Gestão Administrativa.

Evidentemente, o PGS por sua natureza, volume de recursos alocados, bem como sua finalidade, deve ser objeto de maior atenção de todos os atores relacionados à administração e fiscalização dos Planos da PREVCOM-BrC, e este novamente não alcançou as metas estabelecidas em nenhuma das janelas, tendo sido esta situação ocorrida também no período dos RCIs referentes ao segundo semestre de 2021 e ao primeiro semestre de 2022. Para o PGA, apesar do não alcance da meta no semestre de referência deste RCI, os períodos anteriores alcançaram a meta estabelecida.

Assim sendo, este Conselho Fiscal reitera sua preocupação quanto ao não alcance do benchmark, solicitando que a Diretoria Executiva, juntamente com o Comitê de Investimentos, apresente os fatores preponderantes que determinaram o insucesso no alcance das metas de investimentos para o período em análise e indique se, e eventualmente quais, medidas estão sendo adotadas para reverter essa situação.

**4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022**

**4.1 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022**

A proposta orçamentária da PREVCOM-BrC para o exercício de 2022 foi aprovada na 59ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 26 de novembro de 2021.

**4.1.1 Plano de Gestão Administrativa - PGA**

Dentro da proposta orçamentária aprovada pelo Conselho Deliberativo, o Plano de Gestão Administrativa - PGA contou com a previsão de receitas e despesas no valor de R$ 3.877.308,27 conforme detalhamento a seguir:

PREVCOM-BrC
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL

**ORÇAMENTO 2022**

**PGA**

| DESCRIÇÃO | 31/jan/22 | 28/fev/22 | 31/mar/22 | 30/abr/22 | 31/mai/22 | 30/jun/22 | 31/jul/22 | 31/ago/22 | 30/set/22 | 31/out/22 | 30/nov/22 | 31/dez/22 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SUPERÁVIT | 439.908,27 | | | | | | | | | | | | 439.908,27 |
| TAXA DE CARREGAMENTO => | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 288.000,00 |
| TAXA DE ADMINISTRAÇÃO => | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 72.000,00 |
| PRO LABORE MONGERAL => | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 1.450,00 | 17.400,00 |
| RECEITA DE SUBVENÇÃO FINANCEIRA => | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 151.307,20 | 1.815.686,37 |
| REC. DE SUBVENÇÃO SERV. CEDIDOS => | 80.159,76 | 107.191,74 | 105.333,60 | 83.234,70 | 83.234,70 | 83.234,70 | 100.234,70 | 110.685,52 | 100.101,71 | 100.101,71 | 120.114,70 | 110.686,09 | 1.184.313,63 |
| REC. VENDA DE IMÓVEIS LEI 20052 => | | | | | | | | | | | | | |
| RESULTADO APLICAÇÕES FINANCEIRAS => | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 60.000,00 |
| DESPESAS RECUPERADAS => | | | | | | | | | | | | | |
| **TOTAL RECEITAS =>** | **267.916,96** | **294.948,94** | **293.090,80** | **270.991,90** | **270.991,90** | **270.991,90** | **287.991,90** | **298.442,72** | **287.858,91** | **287.858,91** | **307.871,90** | **298.443,29** | **3.877.308,27** |
| REMUNERAÇÃO CONSELHEIROS => | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 32.400,00 | 388.800,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS CONSELHEIROS => | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 810,00 | 9.720,00 |
| REMUNERAÇÃO DIRIGENTES => | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 19.200,00 | 230.400,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS - DIRIGENTES => | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 10.752,00 | 129.024,00 |
| REMUNERAÇÃO PESSOAL PROPRIO => | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 44.600,00 | 535.200,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS - PESSOAL PROPRIO => | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 24.976,00 | 299.712,00 |
| REEMBOLSO PESSOAL CEDIDO - SEFAZ => | 80.159,76 | 107.191,74 | 105.333,60 | 83.234,70 | 83.234,70 | 83.234,70 | 100.234,70 | 110.685,52 | 100.101,71 | 100.101,71 | 120.114,70 | 110.686,09 | 1.184.313,63 |
| REEMBOLSO PESSOAL CEDIDO - MF => | 15.400,00 | 15.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 194.800,00 |
| VIAGENS E ESTADIAS => | | | | | | | | | | | | | |
| CONSULTORIA CONTÁBIL E PREVIDENCIA => | | | | | | | | | | | 15.000,00 | 15.000,00 | 30.000,00 |
| SERVIÇOS PRESTADOS PJ => | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 32.000,00 | 384.000,00 |
| DESLOCAMENTO (DESP.TRANSPORTE) => | | | | | | | | | | | | | |
| COPA LIMPEZA E MAT EXPEDIENTE => | | | | | | | | | | | | | |
| ASSOCIAÇÕES DE CLASSE => | 1.104,66 | | | 1.104,66 | | | 1.104,66 | | | 1.104,66 | | | 4.418,64 |
| ENERGIA ELETRICA => | | | | | | | | | | | | | |
| Cursos e Certificações => | | | | | | | | | | | | | |
| ALUGUEL => | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS BANCARIAS => | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 10,00 | 120,00 |
| JUROS E MULTAS => | | | | | | | | | | | | | |
| ALIMENTAÇÃO => | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 7.200,00 | 86.400,00 |
| AUXILIO MORADIA => | | | | | | | | | | | | | |
| DIÁRIAS DE VIAGEM => | | | | | | | | | | | | | |
| DEPRECIAÇÃO DE MOVEIS E EQUIP => | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 1.200,00 | 14.400,00 |
| PIS => | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 24.000,00 |
| COFINS => | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 144.000,00 |
| OUTRAS DESPESAS => | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 30.000,00 |
| CONTINGENCIA | | | | | | | | | | | | 188.000,00 | 188.000,00 |
| **TOTAL DESPESAS =>** | **286.312,42** | **312.239,74** | **311.381,60** | **290.387,36** | **289.282,70** | **289.282,70** | **307.387,36** | **316.733,52** | **306.149,71** | **307.254,37** | **341.162,70** | **519.734,09** | **3.877.308,27** |

**Figura 14:** Proposta orçamentária para 2022 - Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Comparando os valores previstos nas propostas orçamentárias para os exercícios de 2021 e 2022 para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, verifica-se que para o exercício de 2022 a previsão orçamentária foi aproximadamente 19% maior em relação ao exercício de 2021.

### 4.1.2 Plano Goiás Seguro – PGS

Quanto ao Plano Goiás Seguro - PGS este contou com uma estimativa de receitas na ordem de R$ 5.735.161,00 e uma fixação de despesas de R$ 749.400,00 com previsão de superávit nominal de R$ 4.985.761,00 ao final do exercício de 2022.

PREVCOM-BrC
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2022 - PLANO GOIÁS SEGURO**

| DESCRIÇÃO | jan/2022 | fev/2022 | mar/2022 | abr/2022 | mai/2022 | jun/2022 | jul/2022 | ago/2022 | set/2022 | out/2022 | nov/2022 | dez/2022 | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES (PAT. E SERV.) | 410.000 | 412.050 | 414.110 | 416.181 | 418.262 | 420.353 | 422.455 | 424.567 | 426.690 | 428.823 | 430.967 | 433.122 | 5.057.581 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 45.000 | 47.050 | 49.110 | 51.181 | 53.262 | 55.353 | 57.455 | 59.567 | 61.690 | 63.823 | 65.967 | 68.122 | 677.581 |
| **TOTAL RECEITAS =>** | **455.000** | **459.100** | **463.221** | **467.362** | **471.523** | **475.706** | **479.910** | **484.134** | **488.380** | **492.647** | **496.935** | **501.245** | **5.735.161** |
| ADICONAL DE RISCO | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 31.000 | 372.000 |
| TAXAS DE CUSTEIO (ADM. e CARREGAMENTO) | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 31.450 | 377.400 |
| BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL DESPESAS =>** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **62.450** | **749.400** |
| **DEFICIT/SUPERAVIT =>** | **392.550** | **396.650** | **400.771** | **404.912** | **409.073** | **413.256** | **417.460** | **421.684** | **425.930** | **430.197** | **434.485** | **438.795** | **4.985.761** |

**Figura 15:** Proposta orçamentária para 2022 - Plano de Goiás Seguro - PGS.

Comparando os valores previstos nas propostas orçamentárias para os exercícios de 2021 e 2022 para o Plano Goiás Seguro - PGS, verifica-se que para o exercício de 2022 a previsão orçamentária da receita foi aproximadamente 35% maior em relação ao ano de 2021.

| | |
|---|---|
| Receita Prevista em 2021 | R$ 4.228.049,00 |
| Receita Prevista em 2022 | R$ 5.735.161,00 |

| PGS - Variação aproximada de 35% |
|---|

**Quadro 3:** Comparação dos valores previstos na proposta orçamentária para os exercícios de 2021 e 2022 (PGS).

Já em relação à despesa a ser executada no ano de 2022 o acréscimo foi de aproximadamente 22%.

Os documentos considerados para análise da previsão orçamentária de 2022 dos Planos PGA e PGS por este Conselho Fiscal foram as Propostas aprovadas pelo Conselho Deliberativo na 59ª reunião ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2021, os quais se encontram anexos à respectiva ata.

**4.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

Para análise da execução orçamentária referente ao segundo semestre de 2022, foram considerados os Balancetes encaminhados mensalmente ao Conselho Fiscal pela PREVCOM-BrC.

O quadro abaixo apresenta uma análise comparativa entre as receitas efetivamente realizadas no segundo semestre de 2022, as quais encontram-se descritas no documento "Balancete", e as receitas planejadas para o respectivo período, que estão estimadas na "Proposta Orçamentária para 2022 – Plano de Gestão Administrativa".

| Receitas PGA | Realizada 2º semestre R$ | Planejada 2º semestre R$ | Variação (Realizada-Planejada) R$ |
|---|---|---|---|
| Taxa de carregamento | 350.256,80 | 144.000,00 | 206.256,80 |
| Taxa de administração | 77.245,76 | 36.000,00 | 41.245,76 |
| Pro labore adicional risco | 13.324,45 | 8.700,00 | 4.624,45 |
| Receitas subv. Financeiras Tesouro | 1.080.000,00 | 907.843,20 | 172.156,80 |
| Receitas de subv. servidores cedidos | 459.161,17 | 641.924,43 | -182.763,26 |
| Rendimento de aplicação financeira | 85.456,24 | 30.000,00 | 55.456,24 |
| *Receita venda de imóveis - Lei 20.052 | 69.908,34 | 0,00 | 69.908,34 |
| **Despesas recuperadas | 34.478,78 | 0,00 | 34.478,08 |
| Total | 2.169.831,54 | 1.768.467,63 | 401.363,21 |

**Quadro 4:** Comparativo entre as receitas realizadas e as receitas planejadas para o segundo semestre de 2022.
*Receita de venda de imóveis – sem previsão orçamentária
** Despesas recuperadas – sem previsão na proposta orçamentária.

A partir da análise do quadro acima, nota-se que o total das receitas realizadas, foi maior que o total das receitas planejadas para o segundo semestre, demonstrando um acréscimo na realização das receitas de aproximadamente 23% em relação ao valor previsto na proposta orçamentária.

Porém, pode-se verificar que no total considerado de R$ 2.169.830,84 estão incluídas as receitas de "Receita de venda de imóveis - Lei 20.052" e "Receitas Recuperadas", as quais não foram incluídas na previsão orçamentária.

O valor constante da rubrica "Receita de venda de imóveis - Lei 20.052" refere-se ao valor parcelado da venda do imóvel na cidade de Paraúna ocorrida em 2021.

A doação de bens imóveis pelo Estado de Goiás à PREVCOM-BrC está regulamentada na Lei nº 20.052, de 24 de abril de 2018, posteriormente alterada pela Lei nº 20.850, de 16 de setembro de 2020. A Lei nº 20.850 prevê as hipóteses de utilização dos imóveis e dos recursos advindos da alienação desses imóveis. A PREVCOM-BrC aguarda definição para utilização do recurso.

Quanto ao segundo semestre de 2022, segue a análise da receita do PGA após a exclusão do valor de R$69.908,34 referente à receita de venda/subvenção de imóveis - Lei 20.052/2018.

| Receitas PGA | Realizada 2º semestre R$ | Planejada 2º semestre R$ | Variação (Realizada-Planejada) R$ |
|---|---|---|---|
| Taxa de carregamento | 350.256,80 | 144.000,00 | 206.256,80 |
| Taxa de administração | 77.245,76 | 36.000,00 | 41.245,76 |
| Pro labore adicional risco | 13.324,45 | 8.700,00 | 4.624,45 |
| Subv. Financeiras Tesouro | 1.080.000,00 | 907.843,20 | 172.156,80 |
| Subv. Servidores cedidos | 459.161,17 | 641.924,43 | -182.763,26 |
| Resultado aplic. financeiras | 85.456,24 | 30.000,00 | 55.456,24 |
| *Despesas recuperadas | 34.478,78 | 0,00 | 34.478,78 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total | 2.099,923,20 | 1.768.467,63 | 331.455,57 |

**Quadro 5:** Comparativo entre as receitas realizadas e as receitas planejadas para o segundo semestre de 2022, após a exclusão do valor da receita de venda de imóveis.
* Despesas recuperadas – sem previsão na proposta orçamentária.

Considerando a exclusão do valor referente a venda de imóveis, por se tratar de recurso vinculado, e que a PREVCOM-BrC aguarda decisão final sobre sua utilização, seja por parte do Tesouro Estadual seja por parte da PREVIC, verifica-se que o total das receitas realizadas no segundo semestre foi superior ao efetivamente planejado em R$ 331.455,57 o que corresponde a um incremento na receita prevista de aproximadamente 19%.

As receitas de maior representatividade da PREVCOM-BrC foram as “Receitas de Subvenções Financeiras do Tesouro” e “Receitas de Subvenções de Servidores Cedidos” que somadas representam aproximadamente 70% do total das receitas realizadas no período.

Em relação à “Receita de Subvenções Financeiras - Tesouro”, quando se compara a receita realizada com a planejada, verifica-se que foi repassado pelo Tesouro Estadual o valor de R$ 172.156,80 acima do valor inicialmente previsto.

Já a receita de servidores cedidos apresentou uma redução no valor de R$ 182.763,26.

As receitas provenientes de “Taxa de Administração” e “Taxa de Carregamento” também apresentaram variação positiva quanto aos valores inicialmente previstos.

**4.3 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

O quadro abaixo apresenta uma análise comparativa entre as despesas executada durante o segundo semestre de 2022, as quais estão descritas no documento “Balancete” e as despesas planejadas para o respectivo período, estimadas na “Proposta Orçamentária para 2022 – Plano de Gestão Administrativa”.

| Despesas/Descrição | Planejada 2º semestre R$ | Executada 2º semestre R$ | Variação (Planejada-Executada) R$ |
|---|---|---|---|
| Remuneração Conselheiros | 194.400,00 | 206.219,54 | -11.819,54 |
| Encargos Sociais Conselheiros | 4.860,00 | 10.687,75 | -5.827,75 |
| Remuneração Dirigentes | 115.200,00 | 131.222,59 | -16.022,59 |
| Encargos Sociais - Dirigentes | 64.512,00 | 32.998,05 | 31.513,95 |
| Remuneração Pessoal Próprio | 267.600,00 | 272.653,20 | -5.053,20 |
| Encargos Sociais - Pessoal Próprio | 149.856,00 | 147.359,37 | 2.496,63 |
| Reembolso Pessoal Cedido Sefaz | 641.924,43 | 459.161,17 | 182.763,26 |
| Reembolso Pessoal Cedido BRB/MF | 96.400,00 | 105.766,64 | -9.366,64 |
| Viagens e Estadias | 0,00 | 565,00 | -565,00 |
| Treinamento | 0,00 | 915,00 | -915,00 |
| Consultoria Contábil e Previdenciária | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| Serviços Prestados PJ | 192.000,00 | 155.307,78 | 36.692,22 |
| Deslocamentos (Transporte) | 0,00 | 21.273,00 | -21.273,00 |
| Associações de classe | 2.209,32 | 2.413,04 | -203,72 |
| Auxílio alimentação | 43.200,00 | 46.164,00 | -2.964,00 |
| Despesas Bancárias | 60,00 | 621,86 | -561,86 |
| Depreciação móveis e equip. | 7.200,00 | 0,00 | 7.200,00 |
| PIS | 12.000,00 | 13.932,36 | -1.932,36 |
| COFINS | 72.000,00 | 85.737,54 | -13.737,54 |
| Outras despesas | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| Outros tributos diversos | 0,00 | 22.642,12 | -22.642,12 |
| TAFIC | 0,00 | 325,00 | -325,00 |
| Contingência | 188.000,00 | 0,00 | 188.000,00 |
| Total | 2.096.421,75 | 1.715,965,01 | 380.456,74 |

**Quadro 6:** Despsas orçamentárias.

Comparando o total das despesas executadas no segundo semestre de 2022 com os valores previstos para o mesmo período, verifica-se que o total das despesas efetivamente executadas foi inferior ao total das despesas previstas para o mesmo período

em aproximadamente 20%.

A análise é sobre a totalidade das despesas executadas frente a totalidade das despesas planejadas, e não desconsiderou os valores dos itens os quais não possuem correspondência de dados, ora no "Balancete", ora na "Proposta Orçamentária".

**4.4 ANÁLISE DOS BALANCETES PGA – Receitas e Despesas 2022**

| Descrição | Valor R$ |
|---|---|
| Receita realizada | 4.193.682,86 |
| Despesa executada | 3.345.078,04 |
| Superávit | 848.604,82 |

**Quadro 7:** Comparativo das receitas realizadas e despesas executadas no exercício de 2022

Comparando as receitas realizadas com as despesas executadas no exercício de 2022, verifica-se que as receitas foram superiores às despesas em R$ 848.604,82.

Os relatórios evidenciam que, em proporção à receita efetivamente realizada, foram gastos em despesas aproximadamente 80% do valor das receitas realizadas em 2022.

Destaca-se que, muito embora, o balancete referente ao mês de dezembro, que consolida o segundo semestre de 2022, apresente um resultado positivo com uma receita realizada de R$ 4.193.682,86 entende-se que para efeitos de acompanhamento da execução orçamentária e análise comparativa das receitas e despesas administrativas do PGA, não se deve considerar o valor advindo da venda/subvenção de imóveis, que em 2022 totalizou R$ 192.486,94, dada sua vinculação legal de aplicação.

Os valores decorrentes da venda dos imóveis de Aruanã e Paraúna, permanecem em aplicação financeira, lançados na rubrica "Aplicações Financeiras – Imóveis" com a finalidade de segregar os valores da venda dos imóveis dos demais valores em aplicação financeira.

**4.5 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) – Exercício 2022**

A comparação entre as receitas planejadas e realizadas e despesas planejadas e executadas deve ser estendida para análise na totalidade do ano de 2022, para melhor visualização da gestão orçamentária da Fundação.

**4.5.1 Receita Orçamentária**

| Receitas PGA | Realizada 2022 R$ | Planejada 2022 R$ | Variação (Realizada-Planejada) R$ |
|---|---|---|---|
| Taxa de carregamento | 531.950,82 | 288.000,00 | 243.950,82 |
| Taxa de administração | 136.129,73 | 72.000,00 | 64.129,73 |
| Pro labore adicional risco | 24.529,33 | 17.400,00 | 7.129,33 |
| Receitas subv. Fin. Tesouro | 2.160.000,00 | 1.815.686,37 | 344.313,63 |
| Receitas de subvenções servidores cedidos | 853.292,69 | 1.184.313,63 | -331.020,94 |
| Resultado de aplicações financeiras | 221.347,83 | 60.000,00 | 161.347,83 |
| **Receita venda/subvenções de imóveis | 192.486,94 | 0,00 | 192.486,94 |
| *Despesas recuperadas | 73.945,52 | 0,00 | 73.945,52 |
| Total | 4.193.682,86 | 3.437.400,00 | 756.282,86 |

**Quadro 8:** Comparativo entre as receitas realizadas e as receitas planejadas para o exercício de 2022.

A partir da análise do quadro acima, nota-se que a receita realizada foi maior que a receita planejada para o ano de 2022 em R$ 756.282,86.

**4.5.2 Despesa Orçamentária**

| Despesas/Descrição | Planejada 2022 R$ | Executada 2022 | Variação (Planejada-Executada) |
|---|---|---|---|

| | | R$ | R$ |
|---|---|---|---|
| Remuneração Conselheiros | 388.800,00 | 425.698,09 | -36.898,09 |
| Encargos Sociais Conselheiros | 9.720,00 | 15.876,95 | -6.156,95 |
| Remuneração Dirigentes | 230.400,00 | 248.893,04 | -18.493,04 |
| Encargos Sociais - Dirigentes | 129.024,00 | 69.073,48 | 59.950,52 |
| Remuneração Pessoal Próprio | 535.200,00 | 561.623,01 | -26.423,01 |
| Encargos Sociais - Pessoal Próprio | 299.712,00 | 303.979,76 | -4.267,76 |
| Reembolso Pessoal Cedido Sefaz | 1.184.313,63 | 853.292,69 | 331.020,94 |
| Reembolso Pessoal Cedido BRB | 194.800,00 | 202.300,64 | -7.500,64 |
| Viagens e Estadias | 0,00 | 1.185,00 | -1.185,00 |
| Treinamentos | 0,00 | 915,00 | -915,00 |
| Consultoria Contábil e Previdenciária | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,0 |
| Serviços Prestados PJ | 384.000,00 | 325.631,72 | 58.368,28 |
| Deslocamento (Transporte) | 0,00 | 28.143,53 | -28.143,53 |
| Associações de classe | 4.418,64 | 4.826,12 | -407,48 |
| Auxílio alimentação | 86.400,00 | 89.675,23 | -3.275,23 |
| Despesas Bancárias | 120,00 | 1.199,96 | -1.079,96 |
| Depreciação móveis equip. | 14.400,00 | 0,00 | 14.400,00 |
| PIS | 24.000,00 | 26.825,82 | -2.825,82 |
| COFINS | 144.000,00 | 165.081,97 | -21.081,97 |
| Outras despesas | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| Outros tributos diversos | 0,00 | 34.857,98 | -34.857,98 |
| TAFIC | 0,00 | 975,00 | -975,00 |
| Manutenção e reparos | 0,00 | 900,00 | -900,00 |
| Contingência | 188.000,00 | 0,0 | 188.000,00 |
| Total | 3.877.308,27[PA1] [UC2] | 3.345.078,04[PA3] [UC4] | 532.230,23[PA5] [PA6] |

**Quadro 9:** Comparativo entre as despesas planejadas e as despesas executadas no exercício de 2022.

A partir da análise do quadro acima, nota-se que a despesa executada foi menor que a despesa planejada, para o exercício de 2022 em R$532.230,23.

### 4.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

| Descrição | Valor R$ |
|---|---|
| Receita realizada incluindo o valor da venda (subvenção) de imóveis | 4.193.682,86 |
| Despesa executada | 3.345.078,04 |
| Superávit | 848.604,82 |

**Quadro 10**

| Descrição | Valor R$ |
|---|---|
| Receita realizada excluindo o valor da venda (subvenção) de imóveis | 4.001.195,92 |
| Despesa executada | 3.345.078,04 |
| Superávit | 656.117,88 |

**Quadro 11**

Observa-se que o PGA apresentou um resultado positivo ao final de 2022 de R$ 848.604,82 que somados ao saldo do exercício anterior totaliza o valor de R$ 2.559.604,82, conforme demonstrado no relatório “Demonstração do Plano de Gestão Administrativa”.

Verifica-se que, mesmo após a exclusão do valor de R$192.486,94, referente à venda/subvenção de imóveis, o resultado anual do PGA permanece com saldo positivo de R$656.117,88.

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

**Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central - Prevcom - Brc**
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
Em 31 de dezembro de
(Valores expressos em R$ mil)

| | 2022 | 2021 |
|---|---|---|
| **A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior** | **1.711** | **1.246** |
| **1. Custeio da Gestão Administrativa** | **4.193** | **3.574** |
| **1.1 Receitas** | **4.193** | **3.574** |
| Custeio Administrativo Gestão Previdencial | 532 | 298 |
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 136 | 81 |
| Receitas Diretas | 3.230 | 2.995 |
| Resultado Positivo Liquido dos Investimentos | 221 | 72 |
| Recuperação de Despesas | 74 | 128 |
| **2. Despesas Administrativas** | **3.345** | **3.109** |
| **2.1 Administração Previdencial** | **3.345** | **3.109** |
| Pessoal e encargos | 2.665 | 2.479 |
| Treinamentos, congressos e seminários | 1 | 4 |
| Viagens e estadias | 1 | - |
| Serviços de terceiros | 326 | 281 |
| Despesas gerais | 125 | 99 |
| Depreciações e amortizações | - | 13 |
| Tributos | 227 | 184 |
| Despesas específicas | - | 49 |
| **6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)** | **848** | **465** |
| **7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)** | **848** | **465** |
| **B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)** | **2.559** | **1.711** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Figura 16**

As Demonstrações Contábeis consolidadas dos Planos PGA e PGS em 2022, de forma resumida apresentaram os seguintes dados:

- O Balanço Patrimonial apresentou resultado positivo no encerramento do exercício de 2022.
- O ativo realizável apresentou um acréscimo de aproximadamente 60% em relação ao ano de 2021.
- O passivo exigível operacional em 2022 apresentou um acréscimo de aproximadamente 6% se comparado a 2021.
- O Patrimônio Social de 2021 passou de R$12.177.000,00 para R$ 21.633.000,00 em 2022, representando um acréscimo de aproximadamente de 56%.

## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO:

**Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central - Prevcom - Brc**
Balanço Patrimonial - Consolidado
Em 31 de dezembro de
(Valores expressos em R$ mil)

| ATIVO | Notas Explicativas | 2022 | 2021 | PASSIVO | Notas Explicativas | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **DISPONÍVEL** | 4 | **7** | **-** | **EXIGÍVEL OPERACIONAL** | 9 | **1.981** | **1.871** |
| | | | | **Gestão Previdencial** | | **275** | **167** |
| | | | | **Gestão Administrativa** | | **1.706** | **1.383** |
| | | | | **Investimentos** | | **-** | **321** |
| **REALIZÁVEL** | | **23.607** | **14.048** | | | | |
| **Gestão Previdencial** | 5 | **-** | **1** | **PATRIMÔNIO SOCIAL** | 10 | **21.633** | **12.177** |
| **Gestão Administrativa** | 6 | **1.285** | **1.037** | **Patrimônio de Cobertura do Plano** | | **19.074** | **10.466** |
| **Investimentos** | 7 | **22.322** | **13.010** | **Provisões Matemáticas** | | **19.074** | **10.466** |
| Fundos de Investimento | | 22.322 | 12.689 | Benefícios a Conceder | | 19.074 | 10.466 |
| Investimentos Imobiliários | | - | 321 | **Fundos** | | **2.559** | **1.711** |
| | | | | Fundos Administrativos | | 2.559 | 1.711 |
| **PERMANENTE** | 8 | **-** | **-** | | | | |
| Imobilizado | | - | - | | | | |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **23.614** | **14.048** | **TOTAL DO PASSIVO** | | **23.614** | **14.048** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Figura 17**

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA:**

**Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central - Prevcom - Brc**
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada
(Valores expressos em R$ mil)

| | | 2022 | 2021 |
|---|---|---|---|
| | **A) Patrimônio Social - Início do Exercício** | **12.177** | **7.582** |
| | **1. Adições** | **13.529** | **8.182** |
| (+) | Contribuições Previdenciais | 8.300 | 4.608 |
| (+) | Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | 1.036 | - |
| (+) | Receitas Administrativas | 3.972 | 3.501 |
| (+) | Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa | 221 | 73 |
| | **2. Destinações** | **(4.073)** | **(3.587)** |
| (-) | Restituição de Contribuições | (196) | (166) |
| (-) | Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial | - | (14) |
| (-) | Despesas Administrativas | (3.345) | (3.109) |
| (-) | Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa | (532) | (298) |
| | **3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)** | **9.456** | **4.595** |
| (+/-) | Provisões Matemáticas | (19.074) | (10.466) |
| (+/-) | Fundos Administrativos | (2.559) | (1.711) |
| | **B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)** | **21.633** | **12.177** |
| | | - | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Figura 18**

**4.7 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

1. A despeito da melhora, em relação ao apresentado na elaboração da "Proposta Orçamentária" da Fundação, verificou-se que, algumas despesas ainda não foram devidamente previstas na proposta orçamentária, o que pode gerar desequilíbrio nas contas da Instituição. Quanto às receitas verificou-se a ausência da previsão orçamentária das rubricas "Despesas Recuperadas" e "Subvenções de imóveis".

2. Na ata da 70ª reunião, do Conselho Deliberativo, realizada em 27 de outubro de 2022, foi citada a aprovação da previsão de despesa de contingência em razão do questionamento feito pelo Conselho Fiscal. Ressalta-se que o questionamento do Conselho Fiscal foi quanto ao fato da realização de despesas sem previsão orçamentária específica. A previsão de "Contingência" no valor de R$188.000,00 contida na proposta orçamentária de 2022 corresponde a 5% do valor do orçamento do PGA. Conforme determinado no art. 5º, III, da Lei Complementar n. 101, de 2000, a criação de Despesa/Reserva de contingência, deve observar especificamente as disposições previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada unidade (artigo 28 da Lei n. 21.527/2022).

3. No balancete do mês de dezembro/2022, a rubrica "Outros Tributos Diversos" apresentou valor de R$34.857,98. Ressaltamos que valores expressivos não devem ser contabilizados em contas "genéricas" uma vez que estas não identificam adequadamente a despesa realizada.

4. Na análise da seção de Despesas do balancete 12/2022, identifica-se a conta contábil 4.02.01.04.99.00.00 sem a descriminação específica de despesa (outros), no valor de R$ 1.844,18 realizada em 2022. Recomenda-se que seja descriminado esta despesa para a identificação inequívoca.

5. O processo 202000047002679 referente à prestação de contas anual do exercício de 2019, foi aprovado em 04 de agosto de 2022, nos termos do Acórdão nº 2926/2022. A Diretoria Executiva deve atentar-se para a recomendação contida no Acórdão daquela Corte de Contas, qual seja:

a. "III. Recomendar à autoridade gestora da PREVCOM-BrC, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCE-GO, que avalie a conveniência e a oportunidade de reclassificar o valor de R$ 588.000,00, registrados no Exigível Operacional, a título de PIS/COFINS, para o Exigível Contingencial, dado o grau de incerteza de seu desembolso, em virtude de tratar-se mediante de recurso objeto de mandado de segurança perante a RFB, bem como os respectivos depósitos judiciais, com vistas a melhorar a fidedignidade das informações (item 2.9.1 - Do Balanço Patrimonial)"

6. O processo 202100047002129 referente à prestação de contas anual do exercício de 2020, foi aprovado em 14 de junho de 2022, nos termos do Acórdão Nº: 2232/2022. A Diretoria Executiva deve atentar-se para a recomendação contida no Acórdão daquela Corte de Contas, qual seja:

a. "II. Que se recomende à Diretoria da PREVCOM-BrC, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, que avalie a conveniência e a oportunidade de reclassificar o valor de R$ 836.000,00, registados no Exigível Operacional a título de PIS/COFINS, para o Exigível Contingencial, dado o grau de incerteza de seu desembolso, mediante o mandado de segurança perante a RFB e os respectivos depósitos judiciais, com vistas a melhorar a fidedignidade das informações (item 2.9.1 Do Balanço Patrimonial)".

**5 ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DAS AÇÕES DA PREVCOM-BrC:**

**5.1 Ação 1 – Transferir o montante financeiro obtido por meio da alienação de imóveis doados a título de incorporação ao patrimônio da PREVCOM-BrC.**

A PREVCOM-BrC informou, no último RCI, sobre a existência do Edital de Leilão Público nº. 006/2020 - CPAO/SEAD, que foi dividido em dois lotes, sendo que o imóvel do Lote 01 foi vendido e a PREVCOM-BrC já recebeu o valor de 624.320,98 (seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte reais e noventa e oito centavos). O Lote 02, entretanto, foi objeto de suspensão por decisão liminar da 1ª. Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiânia, no Processo nº 5188086-84.2020.8.09.0051.

Além disso, relataram, também, que foi feito pedido de informações acerca de outros imóveis e respectivos procedimentos de vendas à Secretaria de Administração – SEAD, por meio do Ofício Nº 58/2022/PREVCOM-BRC (SEI nº 000034484908).

**Diante deste fato, este Conselho requer informações referentes à solicitação realizada pelo supramencionado Ofício Nº 58/2022/PREVCOM-BRC (SEI nº 000034484908), tendo em vista que este Conselho realizou consulta ao referido procedimento em 20 de outubro de 2023 e identificou que ainda não há resposta da Secretaria de Administração – SEAD.**

**5.2 Ação 2 – Aumentar a adesão de participantes dos planos de benefícios previdenciários.**

O cumprimento da presente ação caracteriza o cumprimento de uma das principais metas da PREVCOM-BrC, visto que a adesão de participantes ao plano de benefícios da fundação é condição necessária ao atingimento do equilíbrio financeiro da entidade, proporcionando a sua autossustentabilidade.

**Assim, este Conselho requer informação atualizada da atuação da PREVCOM-BrC para aumentar a adesão de participantes.**

**5.3 Ação 3 – Projeto de Lei que trata sobre o benefício especial.**

**Este Conselho entende necessário o acompanhamento do referido projeto de lei por parte da PREVCOM-BrC, tendo em vista ser uma variável imprescindível à ampliação do número de adesões ao plano de benefícios da Instituição. Ademais,** houve um julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás referente à inércia do Estado em legislar sobre o benefício especial, dando a esse o prazo de seis meses para legislar sobre o assunto.

**Desta forma, este Conselho requer informações a respeito do referido projeto de lei.**

**5.4 Ação 4 – Atuação da Assessoria de Auditoria Interna e Governança.**

A PREVCOM-BrC informou, no ultimo RCI, que, além das ações realizadas para implantação do PCP, o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE acerca do Índice de Maturidade dos Controles Internos - IMCI dos órgãos e entidades públicas, resultante do ciclo avaliativo realizado no ano de 2022, trouxe significativa melhora na posição da PREVCOM-BrC no Ranking, uma vez que o seu IMCI em 2021 havia sido de 29,6%, tendo saltado para 70,4% em 2022.

Informou, também, que seria implantada nova ferramenta para controle das atividades da Fundação e que tal ferramenta seria fornecida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, o que contribuirá para elevação do IMCI da PREVCOM-BrC.

**Assim, este Conselho requer informações sobre novo ciclo avaliativo do TCE e, principalmente, acerca da implantação da ferramenta da ABRAPP.**

**5.5 Ação 5 – Aumentar a credibilidade e transparência da PREVCOM-BrC.**

A PREVCOM-BrC informou, no último RCI, que o comunicado sobre o início da 4ª edição do Prêmio Goiás Mais Transparente, realizado pela CGE, em 2022, bem como o acompanhamento do portal da PREVCOM-BrC foi registrado no Processo n.º 20221186700066. E que, em virtude da natureza jurídica dessa Fundação, não foram atendidos todos os critérios descritos na Metodologia, no entanto, realizaram as correções e ajustes necessários. A Fundação ficou em 3º lugar recebendo o Selo Prata. Esclareceram que as atualizações continuam sendo realizadas, contudo, em virtude de uma equipe enxuta, nem sempre a divulgação ocorre em tempo hábil. E, em vista disso, informaram que serão envidados esforços para atender as exigências em menor prazo possível.

**Diante disto, este Conselho solicita informações sobre nova edição do Prêmio Goiás Mais Transparente e se as divulgações estão ocorrendo em tempo hábil.**

**5.6 Ação 6 – encaminhamento dos balancetes de forma mensal ao conselho fiscal:**

Em atas das reuniões deste Conselho foram ressaltadas a necessidade de encaminhamento dos balancetes de forma rotineira, sem reiteradas cobranças e que o encaminhamento deve fazer parte das rotinas da PREVCOM-BrC.

**Assim, este Conselho solicita o encaminhar dos balancetes de forma mensal.**

**5.7 Ação 7 – Processo de transferência do Plano Goiás Seguro**

**Uma vez que este Conselho entende necessário o acompanhamento do processo de transferência do Plano Goiás Seguro para outra fundação, este Conselho requer informações a respeito dessa transferência.**

**6 CONCLUSÕES**

Este Conselho Fiscal levantou as seguintes observações:

1. Que o Plano Goiás Seguro encontra-se atuarialmente equilibrado, com suas obrigações previdenciárias integralmente cobertas pelo ativo do plano, em conformidade com a legislação específica e com os princípios financeiros e atuariais comumente aceitos.

2. Que há diferença entre o saldo das aplicações apontado no Informe de Rendimentos do mês de dezembro de 2022 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31 de dezembro de 2022 informado no Acompanhamento Atuarial do PGS, razão pela qual questiona-se a Diretoria Executiva para informar a razão da diferença apontada.

3. Que as políticas de investimento do PGS e do PGA estão aderentes à Resolução CMN nº 4.661/18 para o ano de 2022.

4. Que o PGS e o PGA apresentaram rendimentos inferiores às metas estabelecidas pela Política de Investimento (IPCA + 3% a.a. e Taxa DI, respectivamente). Que, apesar de haver janelas temporais que possibilitam o acompanhamento do benchmark por diferentes períodos, também não foi identificado o cumprimento em nenhuma dessas janelas tanto para o PGS quanto para o PGA.

5. Que o PGS por sua natureza, volume de recursos alocados, bem como sua finalidade, deve ser objeto de maior atenção de todos os atores relacionados à administração e fiscalização dos Planos da PREVCOM-BrC, e este novamente não alcançou as metas estabelecidas em nenhuma das janelas, tendo sido esta situação ocorrida também no período dos RCIs referentes ao segundo semestre de 2021 e ao primeiro semestre de 2022. Assim sendo, este Conselho Fiscal reitera sua preocupação quanto ao não alcance do benchmark, solicitando que a Diretoria Executiva, juntamente com o Comitê de Investimentos, apresente os fatores preponderantes que determinaram o insucesso no alcance das metas de investimentos para o período em análise e indique se, e eventualmente quais, medidas estão sendo adotadas para reverter essa situação.

6. Que algumas despesas ainda não foram devidamente previstas na proposta orçamentária, o que pode gerar desequilíbrio nas contas da Instituição. Quanto às receitas verificou-se a ausência da previsão orçamentária das rubricas “Despesas Recuperadas” e “Subvenções de imóveis”.

7. Que valores expressivos não devem ser contabilizados em contas “genéricas” uma vez que estas não identificam adequadamente a despesa realizada.

Este Conselho Fiscal requer que todas as informações e os documentos solicitados **nas manifestações deste Conselho, no tópico 5 e neste tópico 6** sejam encaminhadas a este Conselho **no prazo de 30 dias corridos, a contar da data de envio deste Relatório**.

Em atendimento ao parágrafo único, inciso I, do art. 19 da Resolução CNPC nº 13/2004, encaminhe-se este relatório para conhecimento do Conselho Deliberativo da PREVCOM-BrC.

GOIANIA, 14 de outubro de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **BRUNA COELHO CARVALHO**, **Conselheiro (a)**, em 04/12/2023, às 12:31, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL PABLO DA SILVA**, **Conselheiro (a)**, em 04/12/2023, às 12:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON ALVES DE SALES FIGUEIREDO**, **Conselheiro (a)**, em 04/12/2023, às 12:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUES MOREIRA TURIBIO**, **Conselheiro (a)**, em 04/12/2023, às 12:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1** informando o código verificador **52744200** e o código CRC **523CF397**.

CONSELHO FISCAL
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO 2233, SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA - Bairro NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 74653-900 - (62)3269-2205.

Referência: Processo nº 202315844000262

SEI 52744200